

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado

Class.: 1346

Data: 22.08.85

Pg.: _____

Sem-Terra de Abelardo Luz baleado por pistoleiros de fazenda vizinha

Chapecó — Os acampados de Abelardo Luz denunciaram ontem que um proprietário do Oeste contratou 15 pistoleiros e cercou 2 hectares adquiridos pelo governo do estado, onde estão as famílias dos trabalhadores rurais sem-terra.



A denúncia é de um acampado, Brito dos Santos, que afirmou terem os capangas atirado contra um trabalhador. O próprio Brito disse que já foi e está sendo alvo de perseguições. De acordo com o denunciante dois dos 100 hectares comprados pelo Governo do Estado, de Santa Ursula Florestal, na localidade de Margarida Alves, distrito de Araçá, em Abelardo Luz, foram invadidos por Francisco Paglia, que é proprietário de terras vizinhas. Essa extensão de terra, dois hectares, foi cercada e quinze pistoleiros a vigiam as 24 horas do dia. Os pistoleiros estão ameaçando constantemente os sem-terra, que para saírem da área onde estão acampados, forçosamente devem passar pelo local onde estão os pistoleiros contratados.

Os capangas de Francisco Paglia, diz Brito dos Santos, já atiraram em pelo menos uma pessoa, sem no entanto alvejá-la. O próprio Brito dos Santos, foi seguido por diversas vezes até mesmo no centro da cidade de

Abelardo Luz, porém em nenhuma oportunidade foi abordado pelos pistoleiros. Conta sem-terra, que os capangas estão fortemente armados, com revólveres, espingardas, facas e até um fuzil e uma carabina 25 tiros.

A atitude do proprietário Francisco Paglia, foi denunciada ao Secretário Adjunto de segurança, Manoel Antonio Fogaça. Ele prometeu aos sem-terra tomar alguma providência, porém até agora nada foi feito. A ação dos pistoleiros foi denunciada também ao delegado regional de Polícia em Chapecó, Pedro Fernandes Pereira, que igualmente, de acordo com os acampados, nada fez. Brito dos Santos, criticou atitude tomada pelo Delegado Pedro Pereira, que teria dito aos próprios sem-terra que somente registraria a ocorrência se houvesse sangue ou morte. Os acampados exigiram a presença da polícia no local e deram um prazo até o último sábado. Foram para Margarida Alves 3 policiais que afirmaram aos acampados: tomariam posição firme no sentido de desarmar o bando que protege os dois hectares, até segunda-feira. No entanto, nada foi feito.

Brito dos Santos observou ainda que o Estado não cumpriu com a promessa de mandar para os acampados alimentação. Uma reunião no dia 5 deste mês definiu a remessa de alimentação por parte do Governo do Estado. Os trabalhadores rurais deveriam receber sacolões com a alimenta-

ção básica, no entanto o Estado remeteu somente 3 mil quilos de feijão e arroz. Os sem-terra estão se mantendo somente com a coleta feita junto a algumas comunidades do Oeste.

Além de pedirem a retirada dos pistoleiros da área de 2 hectares, os sem-terra reivindicarão ao Secretário da Agricultura, hoje, alimentação e que o trabalho visando encontrar os 20 mil hectares para o assentamento definitivo das duas mil famílias, seja agilizado. Em Abelardo Luz, estão acampados 150 famílias, de sem-terra. O prazo estipulado no acordo firmado entre o Governo do Estado, da União e o Movimento dos Sem-Terra, expira dia 3 do mês que vem, até lá, devem ser adquiridos ou desapropriados 20 mil hectares para onde irão as duas mil famílias que ocuparam várias áreas na região. Outro problema que o Governo deve resolver é a ampliação da área a ser comprada ou desapropriada. O acordo prevê que cada família deverá receber o módulo mínimo da região, no caso de 12 hectares e meio. Assim sendo, o total de terra que deve ser conseguido não é de 20 mil e sim 25 mil hectares.

O atendimento médico dos sem-terra é satisfatório. Uma farmácia está funcionando no acampamento, porém médicos não aparecem a duas semanas. Existem contudo, somente alguns casos de diarreia, gripes e resfriados, devido à oscilação de temperatura.

Em Trentin, Governo adota proposta do Cimi

Chapecó — O Governo Federal decidiu adotar a proposta do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) para a solução do conflito de terras de Sede Trentin/Toldo Chimbangue, transferindo a posse de 1.188,7 hectares aos caingangues. O anúncio foi feito em Chapecó pelos dirigentes dos órgãos indigenistas independentes — Anai e Cimi — e mais o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre.

A informação foi transmitida de Brasília pelo antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, pró-reitor da UFSC, e confirmado pelo procurador-geral da Funai, Alvaro Reinaldo de Souza, e pelo representante do Ministério da Reforma Agrária no grupo interministerial de trabalho que examina as questões indígenas, João Pacheco de Oliveira Filho. Ao dar a informação aos jornalistas, o advogado Júlio Geiger, presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio, disse que a proposta do Cimi é, agora, a proposta do Governo Federal. Ele não interpretou a notícia de Brasília como uma conquista dos indigenistas e afirmou que as entidades civis ficarão vigilantes para cobrar do governo o cumprimento da proposta e o reassentamento digno dos colonos que forem retirados de Sede Trentin.

A proposta do Cimi assumida pelo Governo Federal (ministérios da Justiça, Reforma Agrária, Interior e Funai) implica em transferir aos índios a totalidade dos lotes 17 a 54 e parte do lote 60, totalizando 1.188,7 hectares — 63% da área reivindicada pelos índios e reconhecida pelo grupo de trabalho interministerial em 30 de maio passado. Entre as vantagens econômicas e sociais da proposta está o fato de que apenas 43% das famílias não-índias serão retiradas (66 famílias, sendo 27 de agricultores nao-

proprietários). A proposta preserva os pequenos ocupantes, retira 8 dos 13 maiores ocupantes brancos que representam 15% e que dominam 50% da área.

Outro fator importante que levou o governo a adotar a proposta do Cimi foi o fato da proposta deixar de fora as benfeitorias de maior valor econômico, como a vila de Sede Trentin, o posto da cooperativa, escola de alvenaria e grandes galinheiros: apenas 44% das benfeitorias serão indenizadas. A proposta permite ainda diminuir custos de demarcação, pois as divisas privilegiadas são acidentes naturais como os rios Irani, Lambedor e Sítio Velho. O cumprimento da proposta-sugestão do Cimi implica na retirada de 21 dos 23 colonos diretamente envolvidos em violências contra indígenas.

A proposta da Funai, agora abandonada, consistia na transferência de 1.100 hectares aos caingangues — 88,8 hectares a menos — e definia um contorno da futura reserva que exigiria gastos bilionários em demarcação, visto que teria 45% de linha seca. Apresentava também outros inconvenientes.

REAÇÕES

Os colonos de Sede Trentin reagiram com frieza à informação de que o governo aceitou a proposta do Cimi. Disseram que "têm muitas informações a dar à Comissão Interministerial" que visita hoje a área. Os produtores rurais permanecem insistindo na posição adotada desde o início do conflito: retirar os índios e manter os colonos. "Essa comissão não pode tomar uma decisão em favor dos índios sem nos consultar", reagiram as lideranças que prometem dialogar com os enviados de Brasília e não abdicar de suas

posições: resistir a qualquer custo e a qualquer proposta de retirada.

"Nós não vamos sair daqui porque temos escritura pública de posse das terras, porque vimos aqui há quase 60 anos e porque não temos para onde ir se daqui sairmos", resumiu Ivani Trombetta, líder das mulheres. "Daqui só saímos arrastados ou mortos".

ADVERTÊNCIA

O bispo diocesano de Chapecó, José Gomes, o coordenador regional Sul do Cimi, o presidente da Anai, o presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos e o representante da União das Nações Indígenas expediram nesta quarta-feira um telex à Comissão Interministerial realfirmado a necessidade de que a comitiva que vem a Chapecó hoje "traga soluções definitivas e concretas para o conflito de Toldo Chimbangue" e advertem: "qualquer proposta de novos prazos com a persistência da indenização estimulará o confronto direto entre índios e colonos, comprometendo os ministérios envolvidos".

SEGURANÇA

"Apesar de não ter ocorrido nenhum atrito mais violento entre os índios e os colonos de Sede Trentin nas últimas horas, a situação ainda é tensa e todo o efetivo policial continua atento porque a qualquer momento podem surgir novas violências". A afirmação é do Secretário de Segurança Pública do Estado, Heitor Sché, que comentou ontem sobre a decisão da comissão de alto nível, formada por órgãos estaduais e federais ressaltando que "se não houver uma resposta imediata desses entendimentos e que defina a situação concretamente, nova onda de violência vai ocorrer na área. Estou torcendo para que isso não aconteça, mas ainda é possível.